

# **A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. O CASO DE ITAPOROROCA-PB.**

**CARVALHO, Fernanda Figueirêdo de.**  
**Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em**  
**Educação, Etnias e Economia Solidária – GEPEEES/ UFPB**  
**fernandamaninha14@hotmail.com**

**SOUZA, Luziana Cristina Ferreira de.**  
**Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em**  
**Educação, Etnias e Economia Solidária – GEPEEES/ UFPB**  
**lcluziana@yahoo.com.br**

**SILVA, Paulo Roberto Palhano**  
**Professor Dr. Orientador**  
**Líder do GEPeeS-CCAe – UFPB - CNPq**  
**Integrante da INCUBES -UFPB**  
**[ppalhanol@gmail.com](mailto:ppalhanol@gmail.com)**

## **Resumo**

Este texto apresenta resultados da pesquisa realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor José Coutinho, no município de Itapororoca-PB, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, como parte da conclusão do curso de especialização em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade Federal da Paraíba. O processo foi ancorado na pesquisa-ação, onde buscou após leituras da bibliografia, a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas, conversas e relatos do público da EJA de forma didático-participativa. Ao final, os resultados foram apresentados à comunidade escolar. A pesquisa revelou que: a) em questão, relata que os educandos pesquisados enfrentaram muitas dificuldades para permanecerem na escola; b) o cotidiano é marcado por desigualdades socioeconômicas que não estimulam a participação, seja pelo excesso de trabalho, ou pela distância da entre moradia, escola e local de trabalho; c) há no imaginário social a configuração que a escola EJA tem todos os anos. Então, muitos desistem da escola, pois alegam que terão “nova oportunidade no próximo ano”; d) há uma desvinculação entre a busca do direito a ter direito e a cidadania ao longo da vida como forma de inclusão social; O presente trabalho dividiu-se em três partes. O trabalho conseguiu ainda organizar: a) uma reflexão dos princípios que regem a educação brasileira, os PCNs, no campo teórico b) Uma reflexão no âmbito da cidadania; e, por último, os resultados, apresentando os porquês da não escolarização de jovens e adultos via EJA.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação, cidadania, inclusão, eja e reflexões.

## **1 INTRODUÇÃO**

As reflexões apresentadas neste trabalho tem como premissa que a educação de jovens e adultos (EJA) é um direito a educação numa possibilidade de acesso a cidadania. A familiaridade com o cotidiano escolar dos Jovens e Adultos, desde 2005,

por tanto, convivendo com muitas dificuldades que para o estudante possa permanecer em sala de aula, para conquistarem seu direito.

Assim, a busca pelo direito a educação configura-se como algo histórico, pois, é sabido que ele foi cerceado desde a época da colonização do nosso país, decorrendo daí a constatação de que a maior parte da população foi simplesmente excluída de uma vida digna e cidadã. Nesse contexto, o retorno do público da EJA à escola, representa um fato de extrema importância, já que esses alunos demonstram muita força de vontade em continuar estudando, a despeito da árdua jornada de trabalho a que são submetidos durante o período diurno.

Como se sabe, o público da EJA é constituído por uma diversidade de sujeitos da classe trabalhadora, marcados pelas excessivas jornadas de trabalho, por condições de moradia precárias, problemas socioculturais, baixa renda, não acompanhamento do ciclo de estudos, baixo índice ou ausência de elementos de leitura e falta de domínio dos códigos da escrita.

Diante do exposto, este trabalho intenta refletir a respeito de como a Educação de Jovens e Adultos no Brasil buscam conquistar a cidadania, especialmente, em escolas situadas no Vale do Mamanguape, ao longo de suas trajetórias marcadas por diferentes caminhos e descaminhos para chegar à escola, trazendo consigo histórias de desigualdades e de exclusão.

Nesse sentido, buscar-se-á entender o processo de educação não apenas do ponto de vista lógico e intelectual, mas também como sendo um processo profundamente afetivo e social na busca da construção do pleno exercício da cidadania, baseando-se nos princípios básicos de educação como direito de todos e do direito à educação ao longo da vida como forma de inclusão social.

Para efeito metodológico o trabalho encontra-se dividido em três partes, a saber:

- Na primeira procuramos fazer uma reflexão dos princípios que regem a educação brasileira, os PCNs, abordando a distância entre a realidade da educação e a teoria;
- Na segunda parte, discutir-se-á a cidadania como elemento relevante numa perspectiva de educação cidadã, social.
- Na terceira parte, tratarão da etnografia da Escola Municipal Monsenhor José Coutinho, visando entender por meio de entrevistas, conversas e relatos do público da EJA, os porquês da não escolarização, e a importância da Educação de Jovens e Adultos na visão dos educandos no referido estabelecimento de ensino. Ressalta-se a utilização

da pesquisa-ação como elemento metodológico fundamental para o envolvimento dos sujeitos no processo de pesquisa.

Registra-se que os dados ora em estudo foram coletados por meio de questionários contendo perguntas abertas e fechadas. Na primeira fase do trabalho, foram aplicados questionários nas turmas de 5ª e 6ª séries do primeiro semestre. Na segunda fase da pesquisa foi executada a interpretação dos dados coletados por meio de gráficos, participando da mesma, 20 alunos do turno da noite. A terceira e última fase foi constituída pela leitura e fichamento de textos, seguida da elaboração dos capítulos.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Pela primeira vez, no ano de 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, elencando os fundamentos norteadores do Estado Democrático brasileiro: os direitos civis, políticos e sociais. Sob a égide dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Tendo como princípios a Democracia: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Objetivando através destes, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária possibilitando o desenvolvimento nacional numa tentativa de acabar com a pobreza e a falta de segurança, diminuir com as desigualdades sociais e regionais e desta forma proporcionar o bem a todos, respeitando as diferenças de raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma de diferença. O texto é redigido numa belíssima linguagem. No entanto, confronta-se com a realidade do país, pois, nem tudo que está escrito, está em prática, tendo em vista, que no longo processo histórico teve diferentes entendimentos, transformações, avanços, descontinuidades ao longo do tempo e para por em prática terá que esperar também, pois se foi longa a luta por leis que expressassem os direitos dos cidadãos, assim para a execução dos mesmos não será diferente. Mas, cabem a nós sujeitos marginalizados, esperarmos sentados e passivos? Acredito que não. Acredito que é cabível estarmos em constante luta, contudo também é cabível cumprir com nossos deveres de cidadãos.

E assim, novas perspectivas definem e redefinem o espaço cidadão, desafiando as diferenças sociais e econômicas. No âmbito educativo, os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem uma educação sob a orientação de quatro pilares: 1, dignidade da pessoa humana; 2, igualdade de direitos; 3, participação; e 4, corresponsabilidade pela vida social. Vejamos como é posto cada um dos aspectos:

**Dignidade da pessoa humana:** refere ao repúdio a qualquer tipo de discriminação, “proporcionar condições de vida digna, respeito mútuo nas relações interpessoais, públicas e privadas”. (PCNS, 1998, P.20). Esse princípio não condiz com a realidade, tendo em vista, que a maioria da população encontra-se em péssimas condições de vida tanto em âmbitos educacionais quanto econômicos e sociais.

**Igualdade de direitos:** “garantir a todos a mesma dignidade e possibilidade de exercício da cidadania”. (PCNS, 1998, P.20) Em nosso país, infelizmente não há uma igualdade de direitos, na verdade há, os governantes tem igualdades em direitos próprios de sua classe, e os governados possuem outras formas de direitos bem diferentes da classe governante.

**Participação:** “Como princípio democrático, traz a noção cidadania ativa” (PCNS, 1998, p. 20). Como podemos falar numa cidadania ativa se existem inúmeros analfabetos, sujeitos que não sabem quais são seus direitos, ou até mesmo se tem direito, exemplo, não reclama da professora que não da aula, não reclama da péssima qualidade da merenda ou se reclama, não sabe a quem reclamar.

**Corresponsabilidade:** “Implica em partilhar com os poderes públicos e diferentes grupos sociais, organizados ou não, a responsabilidade pelos destinos da vida coletiva” (PCNS, 1998, P. 20). Exemplo de minha realidade, na cidade de Itapororoca, ainda há predominância de política clientelista, ou seja, o povo necessita escolarizar-se para poder escolher melhor seus representantes.

Assim, os princípios que norteiam os Parâmetros Curriculares Nacionais estão distantes da teoria e da execução. Contudo, é preciso não desistir de lutar, é preciso escolarizar, é preciso lutar pelo acesso a educação. Posto que:

“a escola não muda a sociedade, mas, pode, partilhando esse projeto com segmentos sociais que assumem os princípios democráticos, articulando-se a eles, constituir-se não apenas como espaço de reprodução, mas também como espaço de transformação.” (PCNS, 1998, P.23).

Observa-se nessa perspectiva, que a construção da cidadania e da democracia na escola, ainda existe uma enorme distância entre os Parâmetros Curriculares e Nacionais e a realidade, visto que, é pautada por barreiras de exclusão social, a exemplo dos milhões de analfabetos existentes em nosso país, sendo um grande desafio erradicar o analfabetismo.

A cidadania esteve e está em permanente construção; é um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que sempre lutam por mais direitos, maior

liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, e não se conformam frente aos domínios, seja do próprio Estado ou de outras instituições ou classes, de opressão e de injustiças contra uma maioria desassistida e que não se consegue fazer ouvir, exatamente por que se lhe nega a cidadania plena cuja conquista, ainda que tardia, não será obstada.

No que se refere à visão do analfabeto como um indivíduo alienado, incapaz, ignorante, à margem das decisões da sociedade e do poder construída ao longo da nossa história, continua influenciando a maneira pela qual os poderes públicos tratam a questão da educação de jovens e adultos, sua inclusão na sociedade e sua inserção no mundo do trabalho.

Sendo assim, a EJA se constitui como um direito à vida cidadã, isto é, como uma possibilidade de inclusão para quem não teve na idade dita adequada ou padrão, a oportunidade de concluir seus estudos ou sequer começá-los. Impossibilitados, por inúmeros motivos, atropelaram o percurso de homens e mulheres, jovens e adultos ao longo de seus caminhos, causando descaminhos prejudiciais à vida social, bem como suas relações no/com o mundo em diferentes episódios de sua vida, “impedindo de construir uma Nação-cidadã que arrotamos desejar” (Pinsky, 2005, p. 19).

Isso nos leva à reflexão de que, se desejamos mudanças, é necessário que possamos passar por uma revisão de nossos hábitos históricos construídos a partir de desigualdades sociais. Ou então, continuemos a sermos sujeitos passíveis diante do direito à cidadania, negada por décadas, tendo como foco a educação de milhares de jovens e adultos.

Em suma, deve-se entender que não há transformação sem educação, tendo por base a reflexão de Pinsky (2005, p.114):

“Não tenho nenhuma dúvida de que um trabalho de base feito com o envolvimento de professores, alunos, comunidade e governo seria bastante satisfatório num lapso de tempo curto. A mudança de atitude das pessoas com relação à escola, baseada num sentimento de responsabilidade mútua, poderia constituir o ponto de partida para uma importante virada. Afinal de contas, cidadania é participação, é ter direitos e obrigações, e, ao contrário do que muitos pensam, se aprende na escola.”

Pelo exposto acima, acrescenta-se a necessidade dos sujeitos prejudicados pelo sistema vigente levarem em conta a importância da escola como um ambiente de diálogo. Como afirma ainda Pinsky (2005, p.113): “O caminho começa, portanto, num restabelecimento do diálogo entre os diferentes interlocutores, para que se possa começar a

pensar numa escola de e para cidadãos.” Uma escola em que o aluno obtenha uma educação de qualidade e comprometida com a mudança social, mas essa só ocorrerá de modo que haja diálogo entre as partes envolvidas, onde alunos, professores, comunidade e governo participem e executem, respectivamente, das mudanças e das decisões, para uma transformação.

A escola é um mundo onde não se aprende apenas a ler e escrever, mas explorar as opiniões críticas, para que o aluno possa fazer leituras de mundos diferentes, possa educar seus filhos melhor. Afinal, a escola é um espaço de construção, sistematização, apropriação e socialização do conhecimento. Ao mesmo tempo pela pluralidade de idéias, valores e pelas múltiplas formas de expressar opiniões, torna-se também um espaço de posições. Enfim, a educação é um elemento transformador, não se limitando apenas ao saber formal, científico, técnico, artístico, etc. (Pinto, 1994). Expressa também a Declaração de Hamburgo na V CONFINTEA:

“A educação de adultos engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas ‘adultas’ pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade”. (**Declaração de Hamburgo, 1997**).

FREIRE (2001, p.35) manifesta ser fundamental ter uma postura que possibilite o reconhecimento da história, pois assim é possível reconhecer a educação, vejamos: “Pensar a história como possibilidade é reconhecer a educação também como possibilidade. É reconhecer que se ela não pode tudo, pode alguma coisa.”.

A Educação de Jovens e Adultos possui condições de formar cidadãos plenos, conscientes e politizados de forma a participarem ativamente do processo político e a terem seus direitos resguardados. É necessário, no entanto, que as políticas públicas voltem-se um pouco mais a este tipo de educação e a perceba como um direito e não como uma caridade.

É necessário também que os professores da EJA percebam a distinção qualitativa que cerca os processos de ensino/aprendizagem dos alunos adultos. É preciso ainda construir estratégias que garantam que o adulto analfabeto ou semialfabetizado, ingresse, cresça e permaneça valorizando-se como educando. Terminamos concordando com a fala de Freire (2001, P. 26), quando afirma: “A educação popular, ao cruzar a fronteira da escolarização, busca o resgate da cidadania e a necessidade de inclusão em todos os sentidos.”.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira indagação aos alunos foi saber os motivos responsáveis pela evasão escolar. E a maioria disse que a desistência escolar fora causado pela falta de condições econômicas em continuar os estudos, porque os alunos começaram muito cedo a ajudar na renda familiar, e assim acabaram por não ter condições de priorizar a educação. Quando Cristovão Buarque assumiu o Ministério da Educação no Governo Lula em 2003, afirmou que a abolição da escravatura não teria sido feita por completo, estando inconclusa, e que era necessário priorizar as políticas públicas de inclusão social, para então ser abolida totalmente. E para isso, teria que haver um combate ao analfabetismo (INEP, 2001). Até por que, se um país pretende ter um bom desenvolvimento econômico e social, é necessário investir em políticas educacionais, e no caso do Brasil, vale ressaltar, é preciso que se invista em uma política educacional para a nação que leve em conta as dimensões geográficas do território e sua extraordinária diversidade cultural.

E outra questão: se os estudantes acreditam na transformação social do ser humano através da educação. E, a maioria dos sujeitos manifestou que mesmo diante das estruturas dominantes da sociedade capitalista, eles acreditam na transformação social através da educação, mas para tal há necessidade de ampliação do capital cultural (BOURDIEU, 1999). As palavras do renomado educador Paulo Freire, o educando deve ser estimulado para que vivencie as mudanças numa atitude da pedagógica da autonomia: “Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar. No próprio mundo físico minha constatação não me leva à impotência.” (1996, p. 77).

Outro ponto da pesquisa foi quanto ao bem-estar: os alunos entrevistados responderam que acreditam numa mudança da qualidade de vida, em termos do aumento de renda familiar, através da escolarização, pois nessa sociedade capitalista prevalece o capital cultural. Pierre Bourdieu, ao construir o conceito de capital social manifesta ser um conjunto determinado pela rede de relações estabelecidas pelos e por sujeitos, cuja apropriação proporcionaria lucros (material e/ou simbólico), ou seja, a partir do instante em que o sujeito começa a se escolarizar ele começa a pertencer a um grupo e este grupo possibilita um lucro, conseqüentemente começa a dar conta da desigualdade escolar, e ao perceber esta desigualdade os sujeitos investem na escola através do retorno, da permanência e da conclusão dos seus próprios estudos, bem como

o dos seus filhos, angariando assim o capital cultural no estado institucionalizado por meio da obtenção de um certificado escolar ou o capital cultural no estado incorporado através de sua aquisição dissimulada ou inconsciente (Bourdieu, 1999). “Os agentes e grupos de agentes são definidos, assim, a partir das posições relativas que ocupam em cada espaço social” (Palhano Silva, 2004 p.129).

Falando a respeito do fator econômico, se interfere ou não na aprendizagem, a maioria, disse que sim. Assim, usar-se-á como justificativa a expressiva fala do vizinho da escola, conhecido como “Patinha”, emitido no dia 11 de maio de 2010, o qual, ao ser convidado por um aluno para retomar os estudos, disse as seguintes palavras: “Você já viu um filho de pobre médico? Eu não conheço! O filho do pobre tem que se contentar com o que lhe oferecem, eu mesmo praticamente nasci trabalhando, por que se eu não trabalhasse quem ia me dar de comer? Ou eu trabalhava ou estudava. Como é que eu ia pensar nos estudos se eu tinha que trabalhar? Com a barriga vazia fica difícil, não é? Meus filhos hoje estudam, graças a Deus, hoje a escola possui merenda, tem a Fome Zero e a Bolsa Família que são uma grande ajuda.” Partindo deste relato, verifica-se que durante muito tempo o país se ressentiu falta ou da má aplicação de políticas públicas para o campo educacional.

Fica claro, a necessidade de pensar o atendimento educacional e as condições de oferta como um todo, para possibilitar trajetórias escolares de sucesso, já que um analfabeto, seja ele funcional ou não, tem de arcar com uma série de privações concretas e simbólicas, que se manifestam desde as exigências do trabalho até as práticas sociais que habitam o nosso cotidiano (Andrade, 2004; Org. Barbosa). Os sujeitos da EJA tornam-se igualmente visíveis quando o sistema educacional e a própria escola os encaram como sujeitos sociais, portadores de necessidades, desejos e vontades, sendo o espaço escolar um significativo local de expressão do direito a essas vivências. Com a pesquisa-ação (FRANCO, 2005) pode-se compreender que: a) as opiniões dos alunos da EJA da Escola Municipal Monsenhor José Coutinho estão em total consonância com a realidade; b) a ausência de anos seguidos da escola cria uma condição de marginalização – tanto os sujeitos se sentem marginalizados, como a sociedade cria sobre esses um conjunto de estigmas pejorativos que amplia a marginalização, pois ganha âmbito social; c) ocorre para esses sujeitos na sociedade, uma restrição de direito à educação cidadã, pois a alfabetização como formadora da cidadania foi exterminada ao se relegar parte da sociedade a condições mínimas de acesso à educação formal; d) os dados demonstraram



que muitas evasões e desistência, além de serem estimuladas pelo trabalho excessivo, pelo distanciamento da moradia em relação à escola, por situações de falta de saúde, (...), muitos constroem o argumento que irão voltar com facilidade à escola no próximo ano, visto que a mesma é uma política pública. Assim, as facilidades para acolhida das matriculas, como se encontra posto atualmente corrobora justificar a evasão ou desistência. Aqui, cumpre destacar, que “cidadão” significa o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um estado e que cidadania tem que ver com a condição, ou seja, com o uso dos direitos e deveres, constituído, portanto, o direito de ter deveres de cidadão (Freire, 2001).

Tendo por foco a Educação de Jovens e Adultos, vale salientar que grandes foram os esforços realizados na tentativa de erradicar o analfabetismo, porém as inúmeras tentativas não obtiveram êxito, já que a EJA, como exemplo de educação humanizadora, não tinha condições para superá-lo, uma vez que o analfabetismo é expressão nítida da pobreza, triste consequência de uma estrutura social injusta e desumana.

#### 4 CONCLUSÃO

Estamos com o gosto do abacaxi na boca, fruta que encanta corações e mentes, que alimenta sonhos e traz esperanças. Quanta gente já saboreou a educação, mas quanta gente ainda falta sentir esse gosto...

Nessa terra de gente que sonha com a liberdade, estamos cultivando o campo da educação. Nos sujeitos da educação de jovens e adultos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor José Coutinho, procuramos entender a educação com seus caminhos e descaminhos da EJA visando à formação do seu capital cultural.

Partimos com a vontade acadêmica para refletir o direito à educação, a possibilidade de inclusão social, no sentido de construção da cidadania e da democracia, bem como a instituição escolar com a função de diminuir as desigualdades educacionais e sociais. Nessa peleja, entre uma fileira e outra de abacaxi, fomos encontrando os frutos do nosso objeto.

Ao longo dessa trajetória, fomos alimentando sonhos e produzindo esperanças. Pelas reflexões podemos enumerar:

**Primeiro**, o capital cultural é plenamente constituído na EJA, pois no microcosmo da escola, educadores e educandos se articulam para efetivar a compreensão dos códigos da escrita, da leitura, do mundo;

**Segundo**, o capital vai sendo objetivado no processo de educação. Os sujeitos vão tomando conta dos seus cadernos, dos seus livros, do saber. Essa apropriação cultural lhes proporciona zelo para com o seu material e lhe deixa empoderado;

**Terceiro**, o capital vai sendo incorporado pelos sujeitos que estão no microcosmo escolar. Nesse ambiente onde se respira educação, o sujeito vai se instrumentalizando, compreendendo os processos. E diante desse mundo, é que então pode fazer suas sistematizações, suas comparações, seu desvelamento do mundo;

**Quarto**, o capital vai sendo institucionalizado, pois os educandos, ao concluírem seus estudos, recebem da escola os seus diplomas, que lhes confere a condição de comprovação – do grau de escolarização – perante as exigências do mundo;

**Quinto**, o capital cultural é articulado via ações educativas no microcosmo, mas também pode se relacionar com o macrocosmo. O educador e educando, ao fazerem a leitura das condições sociais, por exemplo, do Vale do Mamanguape, estão saboreando os diversos gostos – do abacaxi, da cana-de-açúcar, da laranja, do mel... O campo educacional é, portanto, o espaço onde os sujeitos se encontram, se encantam, se descobrem como portadores de valores e crenças, saberes e sabores;

**Sexto**, à medida que conseguem avançar no seu processo educacional, jovens e adultos da EJA têm a possibilidade de romperem com o atraso, a miséria e buscarem construir novos rumos. Mas isso só é possível quando ele, o educando, decide que quer avançar na busca dos seus direitos. Apoiado pela EJA e de posse dessa vontade interior, ele busca colocar-se no mundo. E se essa busca for coletiva, então as possibilidades da conquista do direito são ampliadas;

**Sétimo**, a Educação de Jovens e Adultos possui uma grande importância enquanto modalidade de educação básica de extrema relevância, tendo em vista que atende às necessidades dos alunos que não tiveram oportunidade em sua idade escolar de concluir seus estudos, numa tentativa de minimizar as desigualdades sociais e numa possibilidade de formação do capital cultural;

**Oitavo**, os sujeitos da cana-de-açúcar, do abacaxi, da apicultura, da fruticultura..., com a posse do capital cultural, geram em si e naqueles que mantêm relacionamentos pelo diálogo a possibilidade de construir uma trajetória rumo à busca de seus interesses, podendo participar de lutas sociais;

**Nono**, diante do mundo capitalista, esses sujeitos podem conquistar via campo educacional ou por outro espaço social uma visão de mundo para reconhecê-lo, para

entendê-lo, para enfrentá-lo. Mas isso não significa vencê-lo. O sistema capitalista, com seu poder, gera mecanismos de exclusão e/ou dominação e busca destruir os campos instalados no micro ou no macrocosmo social, independente de sua identidade;

**Décimo**, algo no interior do campo educacional pode contribuir para que o educando não consiga concluir seus estudos. Contudo, também existem os mecanismos externos ao campo educacional que promovem a exclusão do espaço escolar. Esta luta é intensa e histórica. É preciso que a cada instante, os sujeitos estejam atentos para lutarem no interior ou no exterior do campo educacional pela ampliação do direito à escola. É nele e dentro dele que os sujeitos se posicionam para conquistar seus interesses, inclusive o direito à EJA. A cidadania é algo fundamental na sociedade de direitos que deve ser conquistada pela força coletiva. É claro que um indivíduo pode obter sua cidadania, mas só será empoderado se o campo social for fortalecido pela conquista de seus direitos sociais;

**Décimo-primeiro**, os direitos sociais se fortalecem à medida que há um espaço social forte, ou seja, há organização social, mobilização social, gente formando gente, gente dialogando com gente, construindo consciência coletiva;

**Décimo-segundo**, a consciência coletiva é algo construído no cotidiano, no embate entre os sujeitos, que assumem posições diferentes no campo educacional e por possuírem capital cultural tornam-se dotados de poder;

**Décimo-terceiro**, os sujeitos, ao se articularem e compreenderem os contornos do campo e ao se reunirem para definir seus interesses comuns, são capazes de fazer seus caminhos, de fazer leituras, de definir seus projetos de vida.

A EJA pode ser o espaço que possibilita ao educando a “problematização”, a “colaboração”, o “unir para libertação”, a “organização” e a “síntese cultural”. Assim, a educação libertadora atua no espaço social com matriz estruturante da igualdade, da democracia, da sociabilidade, que lhe empodera contra as desigualdades sociais.

Após a realização da pesquisa no microcosmo social com educandos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor José Coutinho, localizada na zona rural de Itapororoca (PB), no sítio Ipioca de Baixo, em 2009, constatou-se que esta se apresentava como um espaço social, dotado de capital cultural, tendo sido seus educandos estimulados aos processos de educação libertadora, gerando “um reino” com cidadania e com inclusão social, pois os sujeitos vivenciam e compreendem que a escola é o lugar da educação e da reflexão sobre os direitos sociais. A formação do capital

cultural, com base na educação libertadora, fortalece o campo educacional, o qual representa interesses dos sujeitos sociais que se encontram em seu interior. Essa formação possibilita o campo na referida escola, esta em permanente disputa com outros campos que vão além do espaço educacional e disputam com interesses instalados no macrocosmo social.

Podemos assim dizer que cultivar a educação para a liberdade é saborear no caminho o gosto da **busca, do fazer e do crer no mundo novo que já é possível ser vivido.**

## **BIBLIOGRAFIA**

BORDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CONFITEIA, V., 1997. Hamburgo: Alemanha. **Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro**. Brasília: Sesi/Unesco, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Política e Educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 2001.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Ministério da Educação, 2001.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PALHANO SILVA, Roberto Palhano. **MST, habitus e campo educacional**. Natal, UFRN, 2004.

\_\_\_\_\_. **Eixos para uma política de inclusão**. In: OLIVEIRA, Ótom. A; GERMANO, J. W. (Org.). Relatório do Seminário Caminhos do RN. Natal: UFRN, 2003, v. , p. 192-195.

\_\_\_\_\_. **Práticas educativas: movimento, habitus e campo**. In: I Encontro Internacional de Educação do Campo, 2010, Brasília. I Encontro Internacional de educação do Campo. Nead : Nead, 2010. v. 1. p. 50-55.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Ministério da Educação e Cultura (org.). **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PINSKY, Jaime. **Cidadania e educação**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2005. PINTO, Álvaro Vieira. **Introdução e entrevista de Dermeval Saviani e Betty Antunes de Oliveira**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 1994.